O ENSINO E A PESQUISA EM HISTÓRIA ANTIGA NO BRASIL: REFLEXÕES A PARTIR DOS DADOS DA PLATAFORMA LATTES¹

Dominique Santos²

Graziele Kolv³

Juliano João Nazário⁴

RESUMO: A área de História Antiga se desenvolveu muito nas últimas décadas no Brasil, o que pode ser percebido tanto pela quantidade de pesquisadores dedicados aos estudos deste período histórico específico quanto pela qualidade das reflexões produzidas sobre ele. O objetivo deste artigo é realizar uma análise sistemática desta produção acadêmica a partir dos dados fornecidos pela Plataforma Lattes, o que nos permitirá compreender algumas questões importantes para a área, como, por exemplo, o que tem sido pesquisado sobre História Antiga no país recentemente.

PALAVRAS-CHAVE: História Antiga; Ensino; Pesquisa; Plataforma Lattes.

ABSTRACT: The field of Ancient History has developed over the last decades in Brazil, which can be perceived by both the number of researchers engaged in studying this particular historical period and the quality of the published material about it. The main aim of this article is to analyze this scholarly publishing data selected from Lattes Platform, which may allow us to comprehend some important issues about the area itself, such as what has been researched on Ancient History in Brazil recently.

KEYWORDS: Ancient History; Teaching; Researching; Lattes Platform.

A presença da tradição clássica no Brasil remonta ao século XVI. Fábio Duarte Joly aponta os Jesuítas que vieram para a Bahia na expedição de Tomé de Souza, primeiro governador geral do Brasil em 1549, como divulgadores destas referências a partir do estudo da gramática, das humanidades e da retórica (Joly, 2012).⁵ Já os estudos acerca do Egito Antigo, segundo Margaret Bakos e Raquel Funari, começaram a se desenvolver no Brasil com a família real portuguesa, que

¹ O artigo em questão foi possível graças ao projeto de pesquisa 46/2015, intitulado “A Produção acadêmica sobre História Antiga no Brasil: reflexões a partir dos dados da Plataforma Lattes”, subsidiado pela Propex/FURB a partir do PIPE/Artigo 170, um recurso proveniente do Governo do Estado de Santa Catarina.

² Dominique Santos é Professor de História Antiga na Universidade Regional de Blumenau, onde também coordena o LABEAM - Laboratório Blumenauense de Estudos Antigos e Medievais.

³ Estudante de graduação do curso de História da Universidade Regional de Blumenau (FURB).

⁴ Estudante de graduação do curso de História da Universidade Regional de Blumenau (FURB).

⁵ O texto de Joly (2012) se encontra disponível em <https://ufop.academia.edu/FabioDuarteJoly>. Acesso em: 04 fev. 2016.

incentivaram, no século XVIII, influências egípcias na arquitetura, nas artes, no desenho etc. D. Pedro I trouxe para o país a primeira coleção egípcia (Bakos e Funari, 2008).

Logo após a estruturação da Ciência Histórica na Europa no século XIX, o Colégio Pedro II, também no Rio de Janeiro, passou a ensinar História como uma disciplina, modelo que seria adotado em outras escolas do país. Fernando de Araújo Penna afirma que o estudo da Antiguidade tinha um grande destaque nestes primeiros momentos e Justiniano José da Rocha foi nomeado em abril de 1838 como professor responsável por lecionar as aulas sobre este período histórico, tendo ele, inclusive, traduzido compêndios franceses adotados pelo Conselho Real da Universidade de Paris para auxiliar seus estudantes no aprendizado da Antiguidade (Penna, 2008). Penna explica que a partir de 1849 criou-se uma disciplina totalmente dedicada à História Antiga e, entre 1855 e 1862, ela foi a única a permanecer nos anos finais do currículo, o que, de acordo com os costumes da época, evidenciava sua importância.

Junto com a Universidade de São Paulo, foi criada, em 1934, uma disciplina chamada História Geral da Civilização, desdobrada em outras duas no ano de 1939, a primeira delas nomeada como “História da Civilização Antiga e Medieval” em 1942. Eurípedes Simões de Paula era seu professor assistente-adjunto, tornando-se adjunto em 1939 e, depois que retornou da guerra, em 1945, reassumiu a disciplina para, em 1946, mediante concurso público, tornar-se o seu professor catedrático (Theodoro, 2009). De Paula foi o criador da Revista de História da USP, que editou por vários anos, membro fundador da ANPUH (então Associação Nacional dos Professores Universitários de História) e o primeiro professor de História Antiga e Medieval do País. Como tal, logo na primeira reunião da entidade, realizada na cidade de Marília no ano de 1961, ele foi o relator do pedido que solicitava a separação entre História Antiga e Medieval, pois representavam “dois espíritos e duas especializações” (De Paula, 1962). A sugestão foi acatada pelos professores reunidos no dia 20 de outubro de 1961, pois em uma das moções que compõem os Anais do Simpósio, especificadamente a de número 21, podemos ler que: “Considerando as diferenças existentes entre História Antiga e Medieval [...] propomos que seja recomendada às universidades a separação de História Antiga e Medieval em

duas Disciplinas”.⁶ Eurípedes Simões de Paula lecionou de 1939 a 1943 e de 1945 a 1977. Ele foi não somente o primeiro professor brasileiro que podemos considerar como de História Antiga, mas também responsável pela institucionalização da disciplina, pela formação dos primeiros orientandos na área e, ainda pela separação curricular entre Antiga e Medieval.

De 1977 até o tempo presente, o ensino e a pesquisa em História Antiga avançaram consideravelmente em nosso país. Atualmente, são 116 pessoas responsáveis por pesquisar e ensinar História Antiga de forma permanente em alguma instituição de Ensino Superior no Brasil. Multiplicaram-se também os laboratórios, grupos de pesquisa, publicações etc. Em 1985 foi fundada a SBEC, Sociedade Brasileira de Estudos Clássicos, proporcionando um espaço formalizado para discussões em torno das temáticas clássicas, o que inclui a História Antiga. Desde 1988, a referida entidade publica a *Classica*, revista que aglutina importantes pesquisas, oferecendo lugar também à História Antiga. A partir de julho de 2001 as reuniões de um novo grupo também passaram a impulsionar as discussões na área, trata-se do GTHA – Grupo de Trabalho em História Antiga da ANPUH (atual Associação Nacional de História), criado para integrar os historiadores profissionais que se dedicam ao ensino e à pesquisa de História Antiga no Brasil (Silva, 2001).⁷

Para Glaydson José da Silva, esta ampliação dos estudos na área de História Antiga se deve ao trabalho de formação multiplicador dos docentes responsáveis pela disciplina nos mais variados estados da Federação e também pelo incentivo e apoio financeiro de diversas agências de fomento, que têm incentivado a área (Silva, 2011, p. 12). De acordo com Renata Garraffoni, também podemos considerar como indicadores de crescimento da área o fato de ANPUH e SBEC terem se tornado fóruns permanentes para o debate, a consolidação de grupos de pesquisa já estabelecidos e o surgimento de novos grupos, principalmente fora do eixo Rio-São Paulo, o aumento da colaboração e da parceria dos historiadores com os museus brasileiros, o que se mostrou proveitoso e gerou mais interesse pela área, o maior intercâmbio com países europeus e o investimento do governo federal na renovação de quadros docentes

⁶ Moções e Conclusões. In: *Anais do I Simpósio de Professores de História do Ensino Superior em 1961*. Marília, 1962, p. 298.

⁷ A página do GTHA encontra-se disponível em <http://www.gtantiga.com/>. Acesso em: 18 nov. 2016.

das instituições (Garraffoni, 2015). Embora esteja se referindo aos Estudos Clássicos de uma forma geral, muitas das constatações de Garraffoni também se aplicam à História Antiga em particular.

Pedro Paulo Funari afirma que esta ampliação pode ser percebida por meio do aumento de textos sobre História Antiga disponíveis em língua portuguesa, tanto obras historiográficas produzidas por pesquisadores brasileiros quanto fontes históricas traduzidas de idiomas antigos (Funari, 2005). Maria Regina Candido, por sua vez, acrescenta que o acesso à internet representou um divisor de águas para o desenvolvimento da área de História Antiga no Brasil, pois se tornou um facilitador da pesquisa. Em associação com o fenômeno da internet, o acesso, cada vez maior, a outras mídias que divulgam temáticas relacionadas com Antiguidade também colaboraram para este crescimento (Candido, 2009). Observando e analisando estes fenômenos sistematizados pelos pesquisadores mencionados, Fábio Faversani observa ainda que a produção na área de História Antiga é muito maior do que a de décadas atrás e para perceber isto basta observarmos que aumentou o número de artigos, de trabalhos de conclusão de curso de graduação e de especialização, de dissertações, de teses e de livros (Faversani e Campos, 2009).

Semíramis Corsi Silva acredita que também podemos considerar como indício do crescimento da área o grande número de congressos específicos em todo o país, que permite o intercâmbio frequente entre estudantes e professores (Silva, 2010). Ana Teresa Marques Gonçalves e Gilvan Ventura da Silva também lembram que o fato de haver mais pesquisadores brasileiros interessados em História Antiga tem favorecido não somente uma renovação historiográfica na área, mas tem colaborado ainda, e de forma decisiva, para o ensino de História no Brasil, o que tem aprimorado a qualidade do ensino das temáticas que interessam à própria área de História Antiga (Gonçalves e Silva, 2008).

Todas estas observações apontam, então, para o fato de que a área de História Antiga se desenvolveu muito nas últimas décadas no Brasil, o que pode ser percebido tanto pela quantidade de pesquisadores dedicados aos estudos deste período histórico específico quanto pela qualidade das reflexões produzidas sobre ele, sem esquecer, claro, de todos os outros fatores elencados nos parágrafos anteriores.

Tendo em vista o crescimento desta produção, acreditamos que seria importante, ainda que parcialmente e a partir de um recorte específico, tentar quantificá-la e analisa-la, de modo a gerar mecanismos e indicadores que talvez nos auxiliem na compreensão de importantes pontos para a área de História Antiga no Brasil. O que os docentes responsáveis por ensinar História Antiga, de forma permanente nos cursos de História nas universidades brasileiras, pesquisam? Sobre o que publicam? Sobre quais temas orientam Trabalhos de Conclusão de Curso, Dissertações de Mestrado e Teses de Doutorado? Quais idiomas foram apontados como aqueles nos quais possuem algum tipo de proficiência/habilidade? Quantos fizeram doutorado pleno fora do país? Quantos fizeram parte de seu doutorado fora do país? Em quais países?

Estas e outras perguntas foram o ponto de partida para esta pesquisa, realizada no âmbito do LABEAM (Laboratório Blumenauense de Estudos Antigos e Medievais), com o apoio financeiro do Governo do Estado de Santa Catarina e da Propex FURB, por meio do projeto 46/2015, sob orientação do Prof. Dr. Dominique Santos e tendo como bolsistas de iniciação científica os estudantes Grazielle Kolv e Juliano João Nazário, ambos coautores deste artigo, cujo objetivo é, então, sistematizar os resultados obtidos, apresentando algumas considerações sobre a produção acadêmica atual da área de História Antiga a partir dos dados fornecidos pela Plataforma Lattes.⁸

Apesar de a metodologia adotada ser semelhante a de uma recente publicação sobre a mesma temática (Santos, 2014), ela sofreu alterações importantes. Antes, consideramos os números apresentados na Plataforma Lattes tal qual eles apareciam. Este procedimento impedia saber ao certo quais itens relacionavam-se de fato com Antiguidade. Por isso, havia conteúdos listados que não apresentavam esta relação, como, por exemplo, publicações ou orientações feitas por algum docente de História Antiga, mas que não tinham qualquer relação com a área. Na ocasião, reconhecia-se que “uma pesquisa mais demorada e cuidadosa poderia quantificar apenas os artigos e orientações empreendidos na área de História Antiga” (Santos, 2014, p. 217). Surgida a oportunidade, foi o que tentamos fazer.

⁸ Plataforma virtual criada e mantida pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) brasileiro para integrar bases e dados de currículos, grupos de pesquisa e instituições. Disponível em <http://lattes.cnpq.br/>. Acesso em: 18 nov. 2016.

É oportuno registrar também que os resultados apresentados a seguir consideraram apenas os itens gerados a partir dos currículos dos docentes com vínculos permanentes, mapeados pelo Grupo de Trabalho em História Antiga da ANPUH em sua página na internet.⁹ Todo recorte implica em evidenciar certos aspectos e negligenciar outros e toda pesquisa tem suas limitações. Assim, é preciso considerar que alguns itens não puderam ser quantificados, tais como: aqueles que nunca foram registrados na Plataforma, pelos mais variados motivos, incluindo o fato de terem sido publicados muito antes de agosto de 1999, quando o CNPq lançou e padronizou o Currículo Lattes e outros; também não aparece a produção de docentes já falecidos, daqueles que se aposentaram ou não possuem mais qualquer vínculo com algum Departamento de História; há também centenas de estudantes de graduação, especialização, mestrado e doutorado cujas publicações na área não foi possível computar etc. Além disso, também é possível que algum equívoco tenha sido cometido no processo de coleta de dados, afinal, para chegarmos ao número de 6.198 itens produzidos na área, foi preciso analisar bem mais que isso e nem todos estavam disponíveis em sua totalidade; em diversas ocasiões só tivemos acesso ao título informado pelo pesquisador na Plataforma, o que ampliou a dificuldade de interpretação se tratava-se ou não de algo relacionado à História Antiga. Por fim, é preciso salientar também que uma pesquisa desta natureza jamais poderá acompanhar a dinâmica dos dados cuja interpretação apresenta, pois, somente no intervalo de escrita do projeto para a pesquisa, fase de coleta de dados, sua finalização e sistematização dos resultados há docente que mudou três vezes de instituição, há novos colegas aprovados em concursos que, considerando o tempo de publicação deste artigo, já terão sido convocados, fazendo alterar o número de docentes de alguma região etc. Assim, faz-se saber que a última atualização destes dados ocorreu no início de 2016. Compreendidos estes detalhes, passamos agora à discussão sobre a produção acadêmica em História Antiga no Brasil a partir dos dados da Plataforma Lattes.

No total, são 116 docentes com vínculo permanente com algum Departamento de História lecionando e pesquisando História Antiga nas universidades brasileiras, sejam elas Federais, Estaduais, Autarquias Municipais

⁹ Disponível em <http://www.gtantica.com/>. Acesso em: 18 nov. 2016.

ou Particulares Confessionais. Vejamos como estão divididos estes docentes por região:

Figura 1

Como é possível perceber na Figura 1, a parte azul do gráfico indica que 59 dos 116 docentes de História Antiga no Brasil atuam na região Sudeste, o que representa 50,86% do total. Ou seja, a maior parte das pessoas atuando na área estão no Estado de São Paulo (28), Rio de Janeiro (23), Minas Gerais (6) e Espírito Santo (2). Tamanha expressividade pode ser explicada por fatores como densidade populacional, maior quantidade de universidades, tanto Federais quanto Estaduais, e de cursos de história, logo, contar com mais vagas para concurso público, mas também pelo fato de as primeiras universidades, com os primeiros cursos acadêmicos de História, terem sido fundadas nestes Estados, o que possibilitou que uma tradição de estudos de História Antiga se iniciasse ali, como vimos a partir das atividades de Eurípedes Simões de Paula, na USP. Talvez, justamente por estas condições mencionadas, isto explique a existência da similaridade entre São Paulo e Rio de Janeiro na quantidade de docentes e uma disparidade muito grande destes dois Estados com relação aos demais, uma vez que juntos eles congregam 51 docentes, o que representa 86,40% do total da região. Minas Gerais, por exemplo, pode contar com 6 docentes, 10,16% dos que atuam na Região Sudeste, já o Estado do Espírito Santo com apenas 2, o que representa apenas 3,38%.

A segunda região com a maior quantidade de docentes é a Sul, que apresenta um desequilíbrio entre os três Estados que a compõem, semelhante ao da Região Sudeste. De acordo com o gráfico da Figura 1, são 23 docentes atuando na Região Sul, mas, enquanto Rio Grande do Sul e Paraná contam com 10 professores de História Antiga cada um, 20 de 23, o que significa 86,95% do total, o Estado de Santa Catarina tem apenas 3 docentes, 13,05% dos que atuam na Região.

A quantidade de docentes lecionando História Antiga no Paraná pode ser explicada, principalmente, pela criação de vários Campi da Universidade Estadual do Paraná pelo interior do Estado, que abriram espaços para concursos em cidades como: Jacarezinho, Londrina, Marechal Cândido Rondon, Maringá e Paranavaí. Em Curitiba, há ainda a UNIANDRADE, que também pode ser considerada como uma instituição que mantém docentes em História Antiga de forma permanente (desde 2003). No que diz respeito ao Estado do Rio Grande do Sul, temos mais de uma Universidade Federal. Assim, além de em Porto Alegre, há instituições Federais em Jaguarão do Sul (UNIPAMPA), Santa Maria (UFSM), Pelotas (UFPEL) e Rio Grande (FURG). No que diz respeito aos Cursos de História, nos quais observa-se a presença de docentes atuando na área de História Antiga, pode-se dizer, então, que, enquanto no Paraná eles se concentram em vários Campi da Universidade Estadual, no Rio Grande eles atuam em Universidades Federais. A Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, mesmo com Campi em 24 cidades, não tem nenhum Curso de História.¹⁰ A cidade de Canoas, por sua vez, conta com uma unidade universitária da ULBRA – Universidade Luterana, que, assim como a paranaense UNIANDRADE, pode ser considerada como tendo vaga permanente para docência em História Antiga (desde 1999).

Rio Grande do Sul e Paraná podem contar com várias instituições nas quais há cursos de História e professores responsáveis por ministrar neles a disciplina de História Antiga; em Santa Catarina a situação é outra, somente a UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina) no Campus Florianópolis, a FURB (Fundação Universidade Regional de Blumenau), uma Autarquia Municipal deste município no Vale do Itajaí e a UFFS (Universidade Federal da

¹⁰ Fonte: Página oficial da Instituição. Disponível em: <http://www.uergs.edu.br/>. Acesso em: 18 nov. 2016.

Fronteira Sul) no Campus Chapecó, possuem professores em vagas permanentes para História Antiga especializados nesta área. Diferentemente do Rio Grande do Sul e do Paraná, Santa Catarina tem apenas duas Universidades Federais e a UDESC (Universidade Estadual de Santa Catarina) não tem em seu quadro nenhum professor que ensine e pesquise História Antiga de forma permanente, além disso sua pós-graduação tem como Área de Concentração a História do Tempo Presente, tendo como objetivo: “interrogar e compreender processos e eventos do século XX e do início deste século XXI”.¹¹

Observando o mesmo gráfico, podemos perceber que a região Nordeste, mesmo sendo a região brasileira que possui o maior número de Estados, nove, tem apenas 16 docentes de História Antiga, 13,79% do total do País. Destes, 6 estão no Estado da Bahia, 3 no Rio Grande do Norte, 2 na Paraíba e 2 em Pernambuco. Ceará, Maranhão e Sergipe contam com apenas um docente cada e Alagoas não tem nenhum docente especializado na área de História Antiga concursado ou atuando de forma permanente em alguma de suas universidades.

Logo a seguir, a Região Centro-Oeste conta com 13 docentes de História Antiga. O Estado com o maior número é o de Goiás com 6 deles, sendo 4 na UEG (Universidade Estadual de Goiás) e 2 na UFG (Universidade Federal de Goiás). O Mato Grosso do Sul possui 4 docentes, 3 deles em algum Campus da UFMS (Universidade Federal do Mato Grosso do Sul) e um na Universidade Católica. O Distrito Federal tem três docentes: eles ensinam e pesquisam História Antiga na UnB (Universidade de Brasília).

A Região Norte, formada por 7 Estados, é a que menos possui professores de História Antiga, 5 no total. Deles, 2 estão no Amazonas, 2 no Pará e 1 no Amapá. O restante dos Estados da Região Norte não possui docentes permanentes na área. Assim, trata-se da Região brasileira com a maior carência de professores especializados em História Antiga.

Os dados coletados também possibilitam uma reflexão sobre a formação destes docentes. Foi possível perceber, por exemplo, sobre que temas são suas Teses de Doutorado e o que pesquisaram recentemente, se fizeram-na no Brasil ou fora, que idiomas falam etc. A partir da análise conjunta dos currículos dos 116 professores de História Antiga percebemos que 101 deles, ou seja 87,06%,

¹¹ Fonte: Página oficial do Programa de Pós-graduação em História da Instituição. Disponível em: <http://www.faed.udesc.br/?id=131>. Acesso em: 18 nov. 2016.

informam possuir algum nível de conhecimento acerca de algum idioma antigo, seja compreensão, fala, leitura ou escrita, com qualificações que variam de “pouco” a “bem”, conforme terminologia adotada pela Plataforma Lattes. Apenas 15 deles, o que corresponde a 12,94%, não informou qualquer conhecimento sobre idiomas antigos. Vejamos o gráfico abaixo (Figura 2), acerca dos idiomas conhecidos, para mais detalhes:

Conhecimento de Idiomas

Figura 2

Segundo as informações fornecidas pelos próprios docentes em seus currículos na Plataforma Lattes, o idioma antigo sobre o qual a maior parte indicou possuir alguma habilidade é o grego (55), seguido de perto pelo latim (51). Na terceira posição vem o hebraico (10). Os números que aparecem no gráfico somados ultrapassarão 116, isto ocorre porque há professores que conhecem mais de um idioma. No que diz respeito aos idiomas modernos, há um equilíbrio entre

inglês e francês. Dos 116 currículos analisados, o inglês é apontado em 112 deles, o francês em 111. O terceiro idioma mais falado é o espanhol (108) e o quarto é o italiano (80). Dos idiomas modernos o alemão aparece em quinto lugar (29). Como indica o gráfico da Figura 2, os professores brasileiros de História Antiga que conhecem latim e grego são mais numerosos do que os que conhecem o idioma de Goethe. De um total de 116 docentes, somente 4 deles não tem conhecimento de língua inglesa, 5 não sabem francês e 8 não manejam o espanhol.

A partir das informações registradas no Lattes também podemos saber quais países foram visitados pelos professores de História Antiga para agendas acadêmicas, congressos, palestras etc. Vejamos quais são eles.

Figura 3

O país mais visitado pelos docentes de História Antiga, talvez pela proximidade geográfica, é a Argentina (43). Logo a seguir, possivelmente por

falar o mesmo idioma, está Portugal (37). A França é o terceiro país mais visitado pelos professores (34). Na sequência aparecem Espanha (29), Inglaterra (23), Estados Unidos (22) e Itália (21). Analisando o gráfico da Figura 3, então, podemos perceber que, entre os dez lugares mais frequentados pelos professores, ou pelo menos que estão formalmente registrados na Plataforma Lattes, 7 ficam na Europa (Portugal, França, Espanha, Inglaterra, Itália, Alemanha e Grécia) e 3 ficam na América (Argentina, Estados Unidos e México). A partir destes dados também podemos interpretar que o motivo destas viagens vincula-se mais aos eventos acadêmicos do que às pesquisas de campo ou visitas de estudo relacionadas aos objetos de pesquisa dos docentes, possivelmente porque estas não estão registradas na Plataforma. A Itália, por exemplo, aparece apenas em sétimo lugar com 21 visitas, a Grécia em nona com 13, Israel em décimo oitavo com 4 e Egito apenas em vigésimo segundo com 2 visitas. Sendo o país mais visitado pelos pesquisadores, ainda de acordo com a Figura 3, vemos que a relação de visitas à Argentina com relação a outros países da América é muito dispar. Enquanto 43 docentes visitaram a Argentina, 22 foram aos Estados Unidos e um número bem menor foi ao México (13), ao Chile (9), ao Canadá (7), ao Uruguai (4), a Cuba (4), a Porto Rico (2) e somente 1 visitou a Colômbia e o Peru, que aparecem no gráfico na categoria “outros”. Nenhum docente informou, por exemplo, visitas à Venezuela ou ao Paraguai. Talvez seja plausível afirmar que Brasil e a Argentina possuem, então, pelo menos no que diz respeito à área de História Antiga, um maior vínculo acadêmico e uma tradição mais ampla de cooperação em eventos científicos. 96 docentes de História Antiga informaram em seus currículos já terem viajado para outros países para finalidades acadêmicas, 82,75% do total. As figuras abaixo (4, 5 e 6), apresentam gráficos das visitas relacionadas aos estudos de doutoramento e estágios de pós-doutorado.

Conforme é possível perceber no gráfico da Figura 4, apenas cinco países receberam a visita de 17 professores brasileiros de História Antiga para Doutorado Pleno: França, Inglaterra, Portugal, Espanha e Alemanha. A maioria preferiu a França (7) ou a Inglaterra (5). 14,65% dos docentes, então, fizeram todos os anos de seus estudos de Doutorado no exterior, todos eles em países europeus, de 1961 a 2016. Vejamos como são os dados quando o foco é o Doutorado PDSE, ou seja, o Doutorado Sanduíche.

Figura 4

O objetivo desta modalidade de Doutorado, segundo a CAPES, é apoiar a formação de recursos humanos de alto nível por meio da concessão de bolsas no exterior, porém, diferente do Doutorado Pleno, o doutorando faz seus estudos no país e somente parte deste período em um país estrangeiro. De acordo com o gráfico da Figura 5, foram 18 os casos em que os docentes brasileiros de História Antiga participaram deste programa, 15,51% do total. Eles visitaram 9 países (listados no gráfico da Figura 5), todos eles também na Europa. Nenhum pesquisador escolheu fazer parte de seu Doutorado na Grécia, em Israel ou no Egito. Somente 1 escolheu a Itália. Assim como quando escolhem países para visitar com finalidades acadêmicas, os estágios de doutorado feitos pelos docentes brasileiros de História Antiga vinculam-se mais aos grandes centros de pesquisa (Oxford, Sorbonne etc.), onde encontram-se muitas das grandes coleções e arquivos e muitos dos maiores especialistas do mundo lecionam, do que às pesquisas de campo ou visitas de estudo relacionadas aos objetos de pesquisa dos docentes, que supostamente estariam em países como Egito, Israel, Iraque, Grécia e Itália. Possivelmente, visitas desta natureza são realizadas a partir da estadia nos grandes centros de pesquisa mencionados, mas elas não estão registradas formalmente nos currículos dos professores, não sendo, por este motivo, consideradas aqui. Assim como ocorre com o Doutorado Pleno, o país mais visitado na modalidade Doutorado Sanduíche continua sendo a França (6),

seguida de Inglaterra (2), Espanha (2), Portugal (2) e Estados Unidos (2). As visitas ocorreram entre 1981e 2015.

Figura 5

No gráfico da Figura 6, podemos ver que, quando se trata de realizar estágios de Pós-doutoramento (adotando terminologia brasileira), pela primeira vez a França (7) não é o país mais escolhido, sendo ultrapassada pela Inglaterra (8). Em seguida aparece a Alemanha (4). Há menos países visitados nesta modalidade (8) do que para Doutorado Sanduíche (9), no entanto, diferentes. Há países que não foram escolhidos nem para Doutorado Pleno nem para Doutorado Sanduíche e que se tornaram uma opção para Pós-doutoramento, são os casos do Canadá (2) e da Grécia (1). 19 dos professores brasileiros de História Antiga, 16,37% do total, fizeram este tipo de estágio em um período que variou de 1988 a 2014. Como vimos no gráfico acima, estes 19 professores foram para 26 países, já que há casos em que um mesmo docente fez mais de um estágio de Pós-doutoramento e, para isso, visitou mais de um país.

Figura 6

Considerando as saídas para Doutorado Pleno e Doutorado Sanduíche, vemos que 35 docentes, 30,17%, portanto, tiveram parte ou a totalidade de sua formação de Doutorado realizada em outros países, geralmente na Europa (apenas 2 escolheram os Estados Unidos). Considerando também o Estágio de Pós-doutoramento, somando as três categorias, podemos acrescentar mais 10 docentes. Assim, o número chega a 45. Ou seja, 38,79% de um total de 116 recorreram a outros países, geralmente com bolsa de alguma agência nacional de fomento, para obter ou completar sua formação de especialista em História Antiga, ao passo que 71 docentes, 61,20% nunca tiveram esta oportunidade. Trata-se de algo muito importante para a formação na área de História Antiga, o que indica necessidade de maiores investimentos neste tipo de formação por parte das agências de fomento.

A partir da sistematização dos dados fornecidos pelos docentes brasileiros que lecionam História Antiga em seus currículos foi possível perceber quais áreas de interesse congregam o maior número de pesquisadores. Cada currículo foi lido várias vezes e analisado de forma separada, o que gerou uma sequência de nomenclaturas sintetizadoras do que cada docente estuda. Assim, chegou-se a denominadores como: “Roma, Principado Romano, O Principado Romano na Literatura Latina, Dion Crisóstomo, Suetônio, Tácito e Plínio, o Jovem”; “Roma, Antropologia Econômica na Roma Imperial dos Séculos II e III d.C.”; “Judaísmo, Flávio Josefo, História do Mediterrâneo Romano”, “Grécia,

Luciano de Samósata, Literatura Grega no Império Romano, História da Literatura Grega”; “Grécia, Metecos, Evergetismo, Democracia Ateniense, Lísias, Atenas e o Mediterrâneo Romano, Pólis”; “Grécia, Atenas no Período Clássico, Pesca e Pescadores Atenienses, Os Gregos e o Mar” etc. Além de observar este conjunto de termos que apareceram nas descrições que os próprios pesquisadores colocaram em seus currículos, também foram anotadas as palavras mais recorrentes em cada Lattes observado e, ainda, a preferência que cada um dos docentes apresentou no conjunto de suas publicações. Assim, mesmo que determinado docente estude alguma região vinculada com a Grécia, por exemplo, se seu currículo e publicações reuniram termos como “Jesus Histórico, Paleocristianismo, Narrativas Neotestamentárias, Experiências Religiosas, Cristianismo etc., este foi classificado como alguém que estuda “História do Cristianismo” e não “Grécia”. Se apresentou termos como “Corpus Paulinum, Nag Hammadi, Gnosticismo, Judaísmos, Mulher e Comunidades Cristãs no Primeiro Século”, a classificação preferida também foi “História do Cristianismo” e não “Roma”, mesmo que, geograficamente, a pesquisa tenha a esta se vinculado. O mesmo vale para outras áreas.

Sabemos que “Grécia” e “Roma” são formas que os historiadores produzem e delas se utilizam quando elaboram suas narrativas acerca da Antiguidade. Trata-se de uma entre várias possibilidades de classificação, passível, claro, de críticas, portanto. Afinal, seria plausível estabelecer categorias como: “Mediterrâneo Antigo”, “Diálogos entre História e Arqueologia Provincial”, “A Cultura Material no Império Romano”, “Arqueologia Clássica” etc. Todavia, julgamos ter sido importante considerar estas formas, pois, em primeiro lugar, é assim que muitos professores se apresentam em seus currículos, como especialistas no estudo destas sociedades. Geralmente, recorrendo a frases como: “tem experiência na área de História, com ênfase em História Antiga, atuando principalmente nos seguintes temas: Roma [...]” ou “tem experiência na área de História, com ênfase em História Antiga, atuando principalmente nos seguintes temas: Grécia [...]”. Ou seja, depois do preenchimento de uma frase padrão, sugerida pelo próprio modelo de currículo da Plataforma Lattes, logo a seguir, a nomenclatura que mais foi utilizada nestes casos é “Roma”, acompanhada de periodizações (Roma Republicana, Principado Romano etc.), por autores (Sêneca, Cícero etc.), Imperadores (Augusto, Tibério, Septímio Severo etc.) ou

eixos temáticos (Cultura Popular, Sexualidade etc.) e “Grécia”, também acompanhada de periodizações (Grécia Arcaica, Clássica etc.), por autores (Aristóteles, Platão, Heródoto), por pólis (Atenas, Esparta, Corinto etc.) e, de igual modo, por eixos temáticos (Práticas Corporais e Esportivas, Práticas Mágicas, História Social das Mulheres etc.). O segundo motivo se deve ao fato de que “Grécia” e “Roma” são identificadores que estes pesquisadores colocam em vários dos títulos de suas publicações, para que possam ser identificadas por seus pares e também didaticamente compreendidas por historiadores de outras áreas e pelo público em geral. Por fim, porque são as formas utilizadas nas temáticas dos congressos nos quais estes docentes participaram e nos projetos de pesquisa que submeteram às agências de fomento, nacionais e internacionais. A partir destes delineamentos, foi sistematizado o gráfico a seguir:

Pesquisadores por área de interesse

Figura 7

Conforme podemos observar, então, neste gráfico da Figura 7, identificou-se que Roma, com 44 pesquisadores, e Grécia, com 43, polarizam as escolhas. A diferença é muito grande para Egito (8) e o estudo das culturas cuneiformes (2). O número dos interessados por Roma é praticamente o mesmo dos interessados por Grécia, com diferença de apenas um pesquisador a mais para Roma. Somados, eles representam 87 dos 116 professores, ou seja, 75% dos

professores pesquisam ou Grécia ou Roma. Grande parte dos trabalhos sobre História Antiga no Brasil também acompanha esta preferência.

Maria Beatriz Florenzano afirma que a Antiguidade Clássica foi o período histórico escolhido por vários Estados Nacionais que se constituíram na Europa a partir do fim da Idade Média como modelo para basearem suas identidades. A autora acredita que estes Estados buscavam na Grécia de Péricles e na Roma de Augusto uma ancestralidade para si, atribuindo a si mesmos autoridade e legitimidade (Florenzano, 2008). Pedro Paulo Funari e Renata Garraffoni concordam com Florenzano: eles lembram que o século XIX foi um momento decisivo na formação das identidades nacionais. Naquele período, romanos e gregos tornaram-se referências para a criação do conceito de Cultura Ocidental, já Egito e Mesopotâmia para o de Cultura Oriental (Funari e Garraffoni, 2004). Norberto Luiz Guarinello acredita que a sequência dominante de boa parte dos currículos escolares, mesmo de países não europeus, indo de História Antiga (Oriente Próximo, Grécia e Roma) à Contemporânea, ou seja, o modelo francês quadripartite, venha da historiografia europeia do século XIX e de boa parte do século XX, que escreveu uma espécie de “História Universal da Europa”, na qual Grécia e Roma eram privilegiadas (Guarinello, 2004).¹²

Apesar de nas últimas décadas tanto estas formas históricas como estas interpretações terem sido bastante criticadas e revistas, os historiadores brasileiros, durante muito tempo, parecem ter se identificado mais com esta ideia de Europa do que com uma história dita oriental, principalmente esta mencionada por Guarinello. Considerando a história dos Estudos Clássicos no Brasil, tanto a partir da influência da colonização portuguesa e do trabalho dos Jesuítas que chegaram no período em que Tomé de Souza era Governador Geral, como nos lembrou Joly (2012), quanto com a institucionalização da disciplina que proporcionava o ensino e a pesquisa de História Antiga na USP com Eurípedes Simões de Paula e os diálogos deste com a historiografia francesa, não seria exagerado imaginar que esta tradição tenha um grande peso nas escolhas dos professores de História Antiga no Brasil, que, como foi possível observar na Figura 7, estudam Roma ou Grécia em 75% dos casos. Talvez isto também ocorra porque, como afirmam Lisiane Silva e Jussemir Gonçalves, no cotidiano, o Brasil

¹² O texto de Guarinello (2004) está disponível no portal Scielo: <http://www.scielo.br>. Acesso em: 05 dez. 2015.

pode oferecer vários paralelos com a Antiguidade Clássica: “a cultura greco-romana mais especificamente faz parte do nosso dia a dia através da língua (latim), de nossas leis (o direito romano), das artes e dos ditos populares, só para citar alguns exemplos” (Silva e Gonçalves, 2015, p. 4).

Ciro Flamarion Cardoso, em um de seus últimos textos, mostrou compreender muito bem esta carência que existe na área de História Antiga no Brasil, a pequena quantidade de estudos sobre “Oriente”. Quando prefaciou a obra “Um Outro Mundo Antigo”, afirmou que se trata de uma obra de grande importância, por se dedicar a um vasto campo temático, mas que é “pouco usual no Brasil” (Cardoso, 2013, p. 7). Os organizadores desta obra, por sua vez, acreditam que Grécia e Roma são “legítimos representantes da cultura ocidental”, mas que é preciso apresentar outras perspectivas e interpretações sobre História Antiga para o público brasileiro, por isso o título “Um Outro Mundo Antigo”. Eles acreditam que se trata de “constituir uma história do passado não pela ótica europeizante, que permeou o ensino brasileiro durante tantas décadas do século XX” (Pozzer, Silva e Porto, 2013, p. 12). Marcia Vasques, também escrevendo na referida coletânea, acredita que Grécia e Roma foram sobrevalorizadas e isto “prejudicou sua consideração como sociedades que, embora únicas, tiveram contatos culturais com outras da região do Mediterrâneo, por exemplo, com as chamadas sociedades orientais” (Vasques, 2013, p. 200). A autora afirma ainda que foi a construção de um modelo orientalista que divulgou esta ideia de que a Europa é herdeira direta da Grécia e de Roma. Vasques explica que “a oposição Oriente-Occidente se deu, sobretudo, com a valorização da chamada civilização clássica, considerada em todos os sentidos superior à oriental” (Vasques, 2013, p. 200). Esta valorização sobre a qual a autora chama a atenção pode ser também responsável pela preferência dos pesquisadores brasileiros de História Antiga por Grécia ou por Roma.

É possível ainda que os anos acumulados de exposição mais a temáticas da Antiguidade Clássica do que as sociedades chamadas de Orientais possam influenciar na futura escolha. Analisando livros didáticos, por exemplo, Ana Teresa Marques Gonçalves identificou que uma das tendências frequentes é a tentativa de aproximação do mundo contemporâneo e do passado, o que faz com que os estudantes tentem encontrar origens de valores atuais na Antiguidade. Quando isso ocorre, a autora acredita que eles fazem isso “ressaltando a ênfase

sobre o valor das civilizações grega e romana, principalmente” (Gonçalves, 2001, p. 11). Outra tendência principal é também tentar abranger inúmeras sociedades antigas de forma pouco profunda. Gonçalves lembra o caso de um volume de uma coleção no qual “a civilização persa era tratada em três parágrafos, a civilização chinesa, em cinco parágrafos e a japonesa, em quatro parágrafos. Dessa forma, o aluno apenas sabe da existência destas sociedades ao invés de estudá-las” (Gonçalves, 2001, p. 11).

Para Semíramis Silva, todavia, esta preferência pela Antiguidade Clássica, ou seja, Roma e Grécia, é oriunda da pouca carga horária que é destinada à disciplina. Como os professores precisam escolher os conteúdos a serem ministrados, acabam preferindo o que lhes é mais familiar. A autora acredita que, como a maioria dos profissionais de História Antiga teve sua formação na área de Estudos Clássicos, os docentes acabam replicando sua formação nos estudantes. Há ainda uma última razão apontada pela autora. Segundo ela, a escolha pela Antiguidade Clássica pode ser devido ao fato de que estudar Oriente no Brasil é difícil, principalmente pela dificuldade de acesso às fontes, uma vez que há pouca documentação traduzida para línguas modernas e carência de historiografia em português (Silva, 2010, p. 148).

Independente de qual seja o motivo desta preferência, se um ou vários, o estudo da chamada “Antiguidade Oriental” poderia receber uma atenção mais cuidadosa, pois o número de professores de História Antiga que se dedica a ela é muito pequeno. Vimos no último gráfico que apenas 8 docentes pesquisam Egito, 2 se dedicam à compreensão de temáticas relacionadas com as culturas cuneiformes, 2 estudam Israel Antigo e apenas 1 pesquisa a História da China Antiga. Se com relação aos Estudos Clássicos temos, inclusive, uma associação que se dedica ao tema, não há nada parecido no que diz respeito à Antiguidade Oriental, como ocorre em outros países.

É preciso que haja diversificação nas pesquisas feitas na área de História Antiga no Brasil. O trabalho de dois grandes nomes de nossa historiografia, Ciro Flamarion Cardoso e Emanuel Bouzon, precisa de continuidade. É possível superar esta suposta “dificuldade” apontada por Semíramis Silva como um dos motivos pelos quais o Oriente tem sido menos estudado que Antiguidade Clássica com um trabalho coletivo de cooperação e um esforço da área de História Antiga para incentivar estudos e pesquisas desta natureza, recorrendo à

internacionalização, cada vez mais desejada e frequente em nossas Instituições e, além disso, fazendo uso das facilidades proporcionadas pela chamada Era Digital, que tem facilitado o acesso aos documentos e historiografia específica, conforme sugerimos em artigo recente (Santos, 2014).

Por fim, também mapeamos a produção da área, já desconsiderando toda e qualquer publicação que não apresentasse relação direta com História Antiga. Considerando o foco da pesquisa, segundo informações dos currículos da Plataforma Lattes, foram publicados 2026 Artigos, 668 textos em Anais de eventos, 431 Livros, 1062 Capítulos de Livros; foram orientados 657 Projetos de Iniciação Científica, 668 Trabalhos de Conclusão de Curso de Graduação, 112 Trabalhos de Conclusão de Curso de Especialização, 411 Dissertações de Mestrado e 163 Teses de Doutorado.

Quando observamos os Trabalhos de Conclusão de Curso de Graduação, chamados em algumas universidades de “TCCs”, em outras de “Monografia”, percebe-se que a quantidade e variedade de temáticas investigadas é mais abrangente do que aquelas que aparecem nas Dissertações e nas Teses. Em um contexto assim há, por exemplo, 69 pesquisas sobre História do Cristianismo, 48 sobre Egito, 11 sobre Celtas, 8 sobre Literatura Apocalíptica, 7 sobre Mesopotâmia e 5 sobre China Antiga. Ou seja, todas estas temáticas são mais investigadas nos trabalhos iniciais, ainda na graduação, do que na pós-graduação. É possível que o motivo principal seja o fato de que os docentes permitam uma maior flutuação destas temáticas de pesquisa na graduação, quando a pesquisa, em vários aspectos, possui um grau de exigência menor do que os níveis mais avançados. Roma, com 237 pesquisas, o que representa 35,47% do total, continua na liderança das opções, seguido de perto por Grécia, com 203 trabalhos, 30,38%. Juntas, estas duas temáticas significam 65,86% de todas as pesquisas nesta modalidade. Estes dados podem ser vistos em detalhe no gráfico abaixo, a Figura de número 8 que compõe esta pesquisa.

Com relação aos Trabalhos de Conclusão de Curso e de Especialização, os números são semelhantes em alguns casos. Sobre História do Cristianismo há 17 pesquisas e o Egito foi investigado em 21 trabalhos, por exemplo. China Antiga, Literatura Apocalíptica também aparecem, porém, apenas uma pessoa decidiu investigar cada um destes temas.

Figura 8

Em nenhum caso, diferente da Graduação, os Celtas foram selecionados como objeto de investigação. O número de pesquisas sobre Mesopotâmia diminuiu, eram 7 pesquisas de TCC e agora, na Especialização, são 3. A liderança continua sendo a pesquisa sobre Roma com 33 trabalhos, 29,46% do total, acompanhada dos estudos sobre Grécia, 26 trabalhos, 23,21%. Ou seja, apesar de continuarem liderando a preferência nas temáticas selecionadas para a pesquisa em História Antiga, a porcentagem é menor no que diz respeito aos trabalhos de Especialização, já que, juntas, Grécia e Roma representam 52,67% do total das escolhas, contra 65,86% dos trabalhos que encerram a Graduação. Vejamos a disposição destes dados no gráfico da Figura 9, abaixo.

Figura 9

Nas 411 Dissertações de Mestrado produzidas, as temáticas estudadas podem ser percebidas, abaixo, no gráfico da Figura 10. História do Cristianismo (37), Egito (18), Judaísmo (10), Celtas (8), Israel Antigo (4) aparecem na lista, bem como outras temáticas. A liderança continua com Roma e Grécia, respectivamente. A primeira foi tema de 159 dissertações, o que representa 38,68% da totalidade, enquanto que a segunda 143 vezes, 34,79% dos casos. Juntas, Grécia e Roma representam 73,47% de todas as dissertações, superando tanto o número das escolhas de TCC de Graduação (65,86%) quanto de Especialização (52,67%). O número de pesquisas sobre Mesopotâmia continua diminuindo. Como vimos, foram 7 trabalhos na Graduação e 3 na Especialização. Agora, são apenas 2 Dissertações, ou seja, somente em 0,48% dos casos a temática foi selecionada. Vejamos o gráfico seguinte:

Figura 10

Por fim, 163 Teses foram defendidas e/ou orientadas pelos docentes de História Antiga em atividade no Brasil, 2 delas sobre Mesopotâmia. As pesquisas sobre Grécia, pela primeira vez, ultrapassaram, em quantidade, Roma. A primeira foi tema de 59 Teses, 36,19% do total, já a segunda foi escolhida 53 vezes, 32,51%. Em 112 casos, as Teses defendidas foram sobre Grécia ou Roma, 68,71% das 163 pesquisas realizadas, número que é menor que o de Dissertações (73,47%), mas superior às escolhas de TCC de Graduação (65,86%) e de Especialização (52,67%).

Quando dividimos os professores por área de interesse, foi possível perceber que em 87 casos a preferência estava relacionada com Grécia ou Roma, 75% dos 116 professores. O número de trabalhos feitos na Graduação, de Especializações, Dissertações e Teses não alcança esta marca, e o que mais se aproxima é o número de pesquisas de Dissertação (73,47%). Isso sugere que os

docentes de História Antiga no Brasil são “relativamente abertos”, ou, dependendo da interpretação, que “possuem pouca abertura”, para orientar trabalhos em áreas diferentes daquelas que escolheram para estudar ou que foram escolhidas em suas Teses de Doutorado, o que ocorre por decisão pessoal, exigências institucionais ou outros fatores. No entanto, é possível perceber que, em alguns casos, o estudante de graduação ou pós-graduação é incentivado ou, pelo menos, pode escolher uma temática de investigação que difere daquela que seu orientador ou orientadora pesquisa.

Figura 11

É preciso pensar de forma mais detalhada esta questão. As pesquisas relacionadas com o que poderíamos chamar de “orientalística”, ou História Antiga Oriental, precisam de mais incentivo. A China Antiga praticamente não é estudada por professores de História Antiga, com algumas exceções pontuais; há

também pouquíssimos estudos sobre Israel Antigo; também são raríssimos os estudos sobre as sociedades do Vale do Indo, os Persas, a Península Arábica Pré-Islâmica, o Continente Africano Antigo, com exceção do Egito, e as diversas culturas cuneiformes, que são presentes nos Livros Didáticos de História, em questões de Vestibular, ENEM e ENADE.

Dentre os 116 professores permanentes de História Antiga em atividade no Brasil, somente 2 estudam as culturas cuneiformes/Mesopotâmia. O Egito Antigo ainda recebe certa atenção, mas, geralmente, é visto como isolado das outras sociedades de seu contexto geográfico e cronológico, com exceção, talvez, para o Egito Ptolomaico e Romano. Não temos, no Brasil, nada comparado à SBEC – Sociedade Brasileira de Estudos Clássicos para os estudos orientais. Não existe, por exemplo, uma Sociedade Brasileira de Estudos Orientais e quando se observam as temáticas dos eventos realizados, principalmente os GTs da ANPUH Brasil, percebe-se uma polarização das discussões em torno das sociedades que existiram em torno do Mediterrâneo Antigo, com concentração em Grécia e Roma, e com relativa ou pouca abertura para os estudos orientais.

Considerações finais

O ensino profissional e a pesquisa na área de História Antiga no Brasil cresceram muito desde o trabalho de Eurípedes Simões de Paula na primeira metade do século passado. Arriscamo-nos a afirmar que, hoje, qualquer pessoa nas cinco regiões brasileiras disposta a conduzir pesquisas sobre Antiguidade não ficará desamparada, desde que tenha acesso à internet.

Apesar disso, alguns problemas permanecem, tais como: dificuldade de publicação de traduções em português de documentação antiga; demora na tradução para o português de referências historiográficas importantes; a separação, em muitos Cursos de História, entre licenciatura e bacharelado, o que cria a falsa impressão de que a pesquisa é hierarquicamente superior ao Ensino e/ou vice-versa e acaba prejudicando a compreensão de temáticas relacionadas com História Antiga; a existência de uma quantidade significativa de Cursos de História com colegiados que permitem licenciaturas que não requerem TCC de pesquisa no fim da graduação como condição para obtenção do Diploma, trocando esta tarefa por relatórios de estágio, quase sempre sem banca de

avaliação, a cargo das decisões de um professor designado para esta disciplina, que, não em poucas ocasiões, sequer é da área de História, como se a comprovação de habilidades de pesquisa não fizesse parte da formação docente de qualquer historiador, que opte por Bacharelado ou Licenciatura, em uma área cujo próprio nome implica em investigação.

Em muitos destes casos, para agravar a questão, ainda fala-se em Ensino de História e não em Didática da História, e mesmo quando este termo aparece podemos constatar pelo léxico adotado nos PPP/PPC dos Cursos, ementas e planos de Ensino/Programas de Curso que se trata de uma *Didaktik der Lehrkunst* [“Didática de” ou “Arte de Ensinar”] ou *Unterrichtsmethoden* [Método de Ensino] e não de uma *Unterdisziplin der Geschichtswissenschaft* [“sub-disciplina da Ciência Histórica”] ou uma *Teildisziplin der Geschichtswissenschaft* [“disciplina-parte da Ciência Histórica”] (Saddi, 2010; Cardoso, 2008; Cerri, 2009 e 2010). O projeto de Eurípedes Simões de Paula de separação entre História Antiga e Medieval em duas disciplinas diferentes é colocado parcialmente em prática, pois em algumas universidades, mesmo instituições maiores e com pós-graduação em nível de doutorado, ainda há concursos para “História Antiga e Medieval”, fazendo com que o mesmo professor leccione as duas disciplinas. A CAPES também ainda considera Antiga e Medieval em conjunto, apesar de a ANPUH já ter feito esta separação há 55 anos, ou seja, há mais de meio século; há universidades importantes regional e nacionalmente sem qualquer professor de História Antiga; há 7 Estados que ainda não têm docentes concursados em História Antiga; em muitos lugares o acesso ao estudo dos idiomas antigos não existe ou é parcial; em muitos Departamentos de História, o docente de História Antiga está sozinho, pois as vagas, quando surgem, são direcionadas para outras áreas, mesmo que, muitas vezes, estas já possuam 3 ou mais docentes por elas responsáveis; em diversas instituições não há Cursos de Arqueologia, Letras Clássicas e outros com os quais o docente de História Antiga possa fazer projetos colaborativos dentro de sua universidade etc.

Na primeira vez que o GT de História Antiga se reuniu no Rio de Janeiro em 2001, Fábio Faversani apresentou os resultados de uma trabalhosa pesquisa sobre a área no Brasil, que envolvia, à época, o envio de cartas e e-mails aos Departamentos de História de Norte a Sul do País. Na ocasião, ele afirmou que gostaria de “prosseguir este trabalho, persistindo na coleta de dados até a

exaustão” (Faversani, 2001, p. 46). Certamente, a organização de uma Plataforma como a Lattes auxilia em uma tarefa desta natureza. Ainda assim, coletar dados continua sendo uma tarefa árdua, exige paciência, e a chance de se cometerem erros em um simples momento de desatenção é grande. No entanto, trata-se de uma ferramenta importante para que possamos constantemente avaliar a área.

Consideradas as produções de várias décadas, quando a Plataforma ainda não existia, de professores já falecidos, aposentados, que mudaram de área, bem como a de estudantes de graduação e pós-graduação, este número de itens produzidos sobre História Antiga seria certamente muito maior, afinal, nossa pesquisa restringiu-se a sistematizar os dados dos 116 docentes permanentes em atividade na área no Brasil considerando o início de 2016. No entanto, conhecer melhor estas dinâmicas, ainda que de forma parcial, pode nos auxiliar a pensar sobre o futuro de nossa disciplina. Desta forma, esperamos que os dados aqui apresentados possam colaborar para isso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes Primárias

Site do GTHA – Grupo de Trabalho em História Antiga da ANPUH – Brasil: <http://www.gtantiga.com>.

Site da Plataforma Lattes/CNPq: <http://lattes.cnpq.br>.

Bibliografia Crítica

Bakos, M. M. *Egiptomania: O Egito no Brasil*. São Paulo: Paris Editorial, 2004.

Bakos, M. M.; Funari, R. S. História da Tradição Clássica no Brasil dos séculos XIX e XX. Egito antigo no Brasil: egiptologia e egiptomania In: Chevitarese, A; Cornelli, G.; Silva, M. A. (Orgs.). *A Tradição Clássica no Brasil*. Brasília: Fortium Editora, 2008, p. 129-138.

Candido, Maria Regina. A pesquisa de Antiguidade Clássica no Brasil. In: Zierer, Adriana; Ximendes, Carlos Alberto. *História antiga e medieval: cultura e ensino*. São Luís: Editora UEMA, 2009.

Cardoso, Oldimar. Para uma definição de Didática da História. *Revista Brasileira de História* (São Paulo), vol. 28, n. 55, 2008.

Cardoso, Ciro Flamarion. Prefácio. In: Pozzer, Katia Maria Paim; Silva, Maria Aparecida de Oliveira; Porto, Vagner Carvalheiro. *Um Outro Mundo Antigo*. São Paulo: Annablume, 2013.

Cerri, Luis Fernando. Ensino de História e Concepções historiográficas. *Espaço Plural* (Marechal Cândido Rondon), n. 20, 2009, p.149-154.

_____. Didática da História: uma leitura teórica sobre a História na prática. *Revista de História Regional*, 15. 2, 2010, p. 264-278.

De Paula, Eurípedes Simões. História Antiga e Medieval: dois espíritos e duas especializações. Problemas que suscita a sua definição numa só Cadeira. In: *Anais do I Simpósio de Professores de História do Ensino Superior em 1961*. Marília, 1962, p. 81-88.

Faversani, Fábio. A História Antiga Nos Cursos de Graduação em História no Brasil. In: SILVA, Gilvan Ventura da (org.). *Anais do Grupo de Trabalho (GT) de História Antiga Realizado no XXI Simpósio Nacional da ANPUH de 23 a 25 de Julho de 2001*. *Hélade*, vol. 2, Número Especial, 2001.

Faversani, Fábio; Campos, Carlos Eduardo da Costa. Prof. Fábio Faversani ressalta o crescimento dos estudos da antiguidade no Brasil. (Entrevista). *Phília: Jornal Informativo de História Antiga* (Rio de Janeiro), ano XII, n. 32, nov./dez., 2009.

Florenzano, Maria Beatriz Borba. Classicismo e Coleções de Moedas no Brasil. In: Chevitarese, A; Cornelli, G.; Silva, M.A. (Orgs.). *A Tradição Clássica no Brasil*. Brasília: Fortium Editora, 2008, p. 159 -170.

Funari, Pedro Paulo de Abreu. Apresentação. In: FUNARI, Pedro Paulo de Abreu (org.). *Repensando o Mundo Antigo*. Col. Textos Didáticos, n. 47. Campinas: IFCH/UNICAMP, 2005.

Funari, Pedro Paulo de Abreu; Garraffoni, Renata. *História Antiga na Sala de Aula*. Col. Textos Didáticos, n. 51. Campinas: IFCH/UNICAMP, 2004.

Garraffoni, Renata Senna. Estudos Clássicos no Brasil: conquistas e desafios. *Hélade*, vol. 1, n. 1, 2015, p. 44-53.

Gonçalves, Ana Teresa Marques. In: Silva, Gilvan Ventura da (org.). Anais do Grupo de Trabalho (GT) de História Antiga Realizado no XXI Simpósio Nacional da ANPUH de 23 a 25 de Julho de 2001. *Hélade*, vol. 2, Número Especial, 2001.

Gonçalves, Ana Teresa Marques; Silva, Gilvan Ventura da. O Ensino de História Antiga nos livros didáticos brasileiros: balanço e perspectivas. In: Chevitarese, A; Cornelli, G.; Silva, M. A. (Orgs.). *A Tradição Clássica no Brasil*. Brasília: Fortium Editora, 2008, p. 21-34.

Guarinello, Norberto Luiz. História científica, história contemporânea e história cotidiana. *Revista Brasileira de História* (São Paulo), vol. 24, n. 48, 2004, p. 13-38.

_____. Uma morfologia da história: as formas da História Antiga. *Politeia: história e sociedade* (Vitória da Conquista), vol. 3, nº 1, 2003, p. 41-61.

Joly, Fábio Duarte. Some Aspects of ancient history scholarship in Brazil from the beginning till today: museums, universities and research groups. Paper presented at the "European antiquity and global scholarship. Ancient history in Brazil and Germany" Colloquium, Humboldt-Universität zu Berlin, 03rd, 2012.

Penna, Fernando de Araújo. A importância da Tradição Clássica no nascimento da disciplina escolar História no Imperial Colégio de Pedro II. In: Chevitarese, A; Cornelli, G.; Silva, M.A. (Org.). *A Tradição Clássica no Brasil*. Brasília: Fortium Editora, 2008, p. 67-79.

Pozzer, Katia Maria Paim; SILVA, Maria Aparecida de Oliveira; PORTO, Vagner Carvalheiro. Um Outro Mundo Antigo: Novas Perspectivas. In: _____. *Um Outro Mundo Antigo*. São Paulo: Annablume, 2013.

Saddi, Rafael. Didática da História como Sub-Disciplina da Ciência Histórica. *História & Ensino* (Londrina), vol. 16, n. 1, 2010, p. 61-80.

Santos, Dominique. De tablet para tablete: novas ferramentas para a pesquisa e o ensino da história das culturas cuneiformes na era digital. *Tempo e Argumento*, vol. 6, 2014, p. 212-241.

Silva, Gilvan Ventura da. Editorial do GT de História Antiga. In: SILVA, Gilvan Ventura da (org.). Anais do Grupo de Trabalho (GT) de História Antiga Realizado no XXI Simpósio Nacional da ANPUH de 23 a 25 de Julho de 2001. *Hélade*, vol. 2, número especial, 2001.

Silva, Glaydson José da. Os Avanços da História Antiga no Brasil. In: *Anais do XVI Simpósio Nacional de História - ANPUH* (São Paulo), 2011.

Silva, Lisiana Lawson Terra; Gonçalves, Jussemir Weiss. O Ensino de História Antiga: Algumas Reflexões. In: *Anais Eletrônicos XXVIII Simpósio Nacional de História*. Florianópolis: ANPUH, 2015.

Silva, Semíramis Corsi. Aspectos do Ensino de História Antiga no Brasil: Algumas Observações. Alétheia: Revista de estudos sobre Antiguidade e Medieval, Volume 1, Janeiro a Julho de 2010. P. 148.

Theodoro, Janice. Eurípedes Simões de Paula. Dossiê Eurípedes Simões de Paula. *Revista de História* (São Paulo), nº 160, 2009, p. 17-50.

Vasques, Márcia Severina. Religião e Práticas Funerárias no Egito Romano. In: Pozzer, Katia Maria Paim; Silva, Maria Aparecida de Oliveira; Porto, Vagner Carvalheiro. *Um Outro Mundo Antigo*. São Paulo: Annablume, 2013.